

“NO ANNO DO NASCIMENTO DO NOSSO SENHOR JESUS CHRISTO”: OS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM (1875-1887)

Marcos Fellipe Nascimento dos Santos

Graduando em História

Universidade Católica de Pernambuco

Marcos.00000829929@unicap.br

RESUMO

Nos estudos acerca da política imperial, alguns sobrenomes de pessoas se destacam, principalmente quando eles se perpetuam no poder. Essa realidade nos leva a pensar sobre a razão pela qual determinadas famílias da elite oitocentista permaneciam por tanto tempo influenciando a política pernambucana. Uma família que sem dúvida nos chama a atenção é a Cavalcanti de Albuquerque, pois seus integrantes eram encontrados em vários cargos do império brasileiro. A partir desse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de estudar essa família, por meio dos inventários post-mortem presentes, anteriormente, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e, hoje, sob a guarda do Memorial de Justiça de Pernambuco. A partir dos inventários de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1880, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1875, e Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887, serão analisados os bens da família, lista de escravizados, lista de dívidas, relações com outros políticos do oitocentos e com o tráfico de escravizados. Para compreendermos as relações existentes entre as pessoas objeto deste estudo, utilizaremos a noção de rede – um conjunto de relações que põem em conexão uma pessoa com outra.

Palavras-chave: Cavalcanti de Albuquerque; Inventários post-mortem; Política oitocentista.

INTRODUÇÃO

É extremamente curioso como uma família conseguia ocupar tantos cargos no Império brasileiro. Segundo Marcus Carvalho (2008, p. 13), o único caso onde encontram-se três irmãos senadores do Império é o da família Cavalcanti de Albuquerque. Diante disso, é impossível deixar de estudar essa família “numerosa, antiga e rica”, como disse José Thomaz Nabuco de Araújo (1847, p. 4). Família essa que, com o passar dos anos, alcançava os mais altos cargos e prestígios.

O objetivo deste trabalho é estudar os Cavalcanti de Albuquerque, por meio dos inventários post-mortem presentes, anteriormente, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e, hoje, sob a guarda no Memorial de Justiça de Pernambuco. Com base nesses documentos analisaremos os bens da família, os escravizados, as listas de dívidas, entre outras coisas.

Nesse contexto, estudaremos essa família por meio dos periódicos encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, das cartas pessoais do Fundo Visconde de Camaragibe, acondicionadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e os inventários post-mortem, guardados, hoje, no Memorial de Justiça de Pernambuco. Trabalharemos com pesquisas feitas a partir do nome de batismo do barão, Manoel Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, e do nome de sua esposa, além do nome de cada integrante do conglomerado familiar.

Utilizaremos o conceito de rede, que será entendido da mesma forma como Imízcoz e Oliveri Korta colocaram: “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras” (2010, p. 48). Além disso, também utilizaremos “o nome e o como” de Carlo Ginzburg para rastrear os nomes e montar a rede política.

A FAMÍLIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Os Cavalcanti de Albuquerque foram construindo seus poderes aos poucos. Desde o século XVI, quando se fundaram aqui em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, através do enobrecimento. Porém, foram os filhos do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), que

casou-se com Maria D. Maria Rita de Albuquerque Mello, que se destacaram no pleito dominaram a política imperial.

Foram eles: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque¹, Antônio Francisco e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque², Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque³, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁴ e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁵. Esse último, considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se com os outros (CARVALHO, 2010).

O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder. De acordo com Paulo Cadena (2013, p. 19), desde 1826 que os Cavalcanti ocupavam cadeiras na câmara dos Senadores como deputados. Com o Barão não foi diferente. Ele atingiu o cargo de Deputado provincial na primeira legislatura de 1835. E, apesar da oposição a essa família, os ditos “Cavalgados”, eles nunca saíram do poder e obtiveram muito prestígio ao longo dos anos.

Havia uma quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que foi um advogado, jornalista, professor, poeta satírico e político. A quadrinha dizia assim: “Quem vive em Pernambuco/ Deve estar desenganado/ Que ou há de ser Cavalcanti/ Ou há de ser cavalgado”. Essa quadrinha representa bem o poder e o reconhecimento que os

¹ Primeiro Barão e Visconde com Grandeza de Suassuna, foi um proprietário rural, militar e político. Nasceu em 10 de junho de 1793.

² Foi um militar, político e proprietário rural. Nasceu em 21 de agosto de 1797.

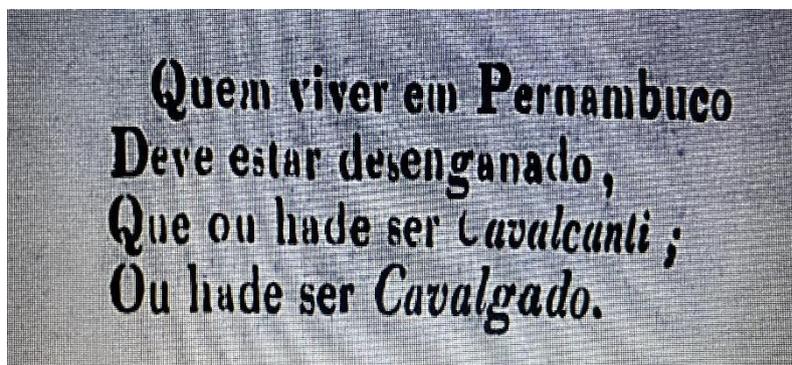
³ Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1835 e em diversas legislaturas, tendo ocupado o lugar de presidente da Assembleia. Também tomou assento na Câmara Municipal, como vereador. Nasceu em 12 de outubro de 1804.

⁴ Nasceu em 19 de abril de 1806. Foi um professor e político brasileiro. Foi presidente da câmara dos deputados e senador do Império brasileiro, de 1869 a 1875.

⁵ Foi bacharel em Direito, desembargador e político brasileiro. Nasceu em 19 de abril de 1799.

Cavalcanti de Albuquerque tinham naquela época. Representa a força e o magnitude da família em Pernambuco.

FIGURA 1 – Quadrinha do Dr. Jerônimo Vilela de C. Tavares



Fonte: Hemeroteca Digital. O Grito Nacional (RJ) – 1848 a 1858. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1846. Ed. 00093.

Eles dominaram efetivamente o cenário político pernambucano entre os anos de 1837 e 1844. Porém, a família elaborava estratégias desde o século XVIII, para atingir os mais altos postos. E assim conseguiram. De acordo com Taunay (1978, p. 160), somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo (que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles), formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX.

Durante o primeiro reinado, a política provincial seria comandada pelas mãos hábeis de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda) e dos irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Albuquerque) e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Na família, ainda havia um quarto irmão: Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, porém ele só teria uma posição de destaque no final da década de 1840. O irmão com menor alcance na política fora Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro barão de Muribeca, que viria ser deputado provincial (CADENA, 2013, P.15).

A família também estava diretamente ligada às questões das terras e do açúcar, já que muitos dos irmãos eram senhores de engenhos:

“Que os Cavalcanti de Albuquerque estavam ligados à questão das terras e do açúcar, há os mais diversos indícios a crer em verdade, já que no fim do século XVIII, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque se colocava como um dos maiores produtores de açúcares da Capitania de Pernambuco, com três engenhos: Pantorra, Muguahipe e Suassuna. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu filho, seguiria o ramo açucareiro com Pantorra, em algum momento, e Suassuna.” (CADENA, 2013, p.18)

Também não podemos esquecer de mencionar e estudar a ligação dos Cavalcanti com o tráfico de escravizados. Já que, sabemos que naquela época, terra era sinal de poder, ou seja, as elites locais que dominavam a província de Pernambuco, eram, muitos deles, senhores de engenho que traficavam escravizados para trabalharem, muitas vezes, no plantio da cana de açúcar. Então, estudar política imperial também é estudar o tráfico de escravos e suas peculiaridades.

A Relação dos Cavalcanti de Albuquerque com o tráfico de escravizados pode ser notada neste trecho do livro de Marcus Carvalho (2010, p. 164):

“Dessa confusão toda, restaram fortes indícios de que havia gente de algumas das famílias mais abastadas e aristocráticas envolvidas com o tráfico, inclusive o Barão (depois Visconde) de Camaragibe – um dos irmãos Cavalcanti, futuro Senador do Império – além de parentes do mártir praieiro Nunes Maxado, e membros da família do Chefe de Polícia praieiro.” (CARVALHO, 2010, p.164)

Inclusive, o irmão do Visconde, Hollanda Cavalcanti, já havia traficando na África, na década de 1820 (CADENA, 2018).

Sabemos que naquela época, o tráfico de cativos era o meio mais lucrativo e Pernambuco não ficava de fora dessa. Durante o tráfico atlântico, Pernambuco recebeu cerca de novecentos mil indivíduos, ficando atrás do Rio de Janeiro, onde localizava-se a Corte; e da Bahia, antiga sede do governo colonial. Recife se tornou, assim, a terceira capital imperial onde as diferentes marcas e falas dos africanos eram preponderantes (COSTA, 2013, p. 1).

OS CAVALCANTI ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS

O primeiro inventário analisado foi o de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque – Baronesa de Muribeca. De acordo com o seu inventário

(IAHGP, Inventário de Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1887), a esposa do Barão de Muribeca era filha do Coronel Francisco do Rego Barros, proprietário rural e militar português do Brasil; filho de Maria Rita de Albuquerque e de Sebastião Antônio de Barros e Melo, e de sua esposa Maria Anna Francisca de Paula Cavalcante de Albuquerque. Era irmã de Francisco do Rego Barros⁶. Havia mencionado anteriormente que a província de Pernambuco era governada por elites locais, pois bem, a família Rego Barros era uma delas.

O Inventário da baronesa indica um fortuna a qual a família detinha posse no valor de 336:325-496 (trezentos e trinta e seis contos trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reis). Tinha uma pluralidade de terras: Engenho São João, onde morava, Engenho Curado, Engenho Mussiapé, Engenho Ilha e Engenho Suassuna, além de movimentar, também, pedaços em outro Engenhos, como: Engenho São Cosme, Engenho São Marinho, Engenho Bartolomeo, Engenho Brum e Engenho São Paulo. O inventário também detém de uma listagem bem detalhada sobre os escravos que estavam em suas posses, contendo a numeração de 192 escravizados.

A lista de dívidas apresenta 26 nomes, dos quais dois são barões: Antônio dos Santos Pontual (Barão de Frexeiras)⁷, sendo possível encontrar outros membros de sua família na lista, como sua mãe: Thereza Pontual, e Manuel José da Costa (Barão de Mercês), filho de Bento José da Costa, conhecido traficante de escravizados do oitocentos. Além de ser filho de bento José da Costa, Manuel, segundo o Dicionário Bibliographico Brasileiro v. VI (Blake, 1990, p.381-382), foi um “político, agricultor adiantado, comendador da Ordem de Christo e Rosa”. Apenas dois, desses 26 nomes encontrados, revelaram a possibilidade, através dos rastros e laços, de serem traficantes de escravizados, são eles: Francisco Dias de Arruda, mostrado nas listas de traficantes pelo Slave Voyages e Joaquim Francisco de Mello Cavalcante, tendo registros que indicam o comércio no Diário de Pernambuco.

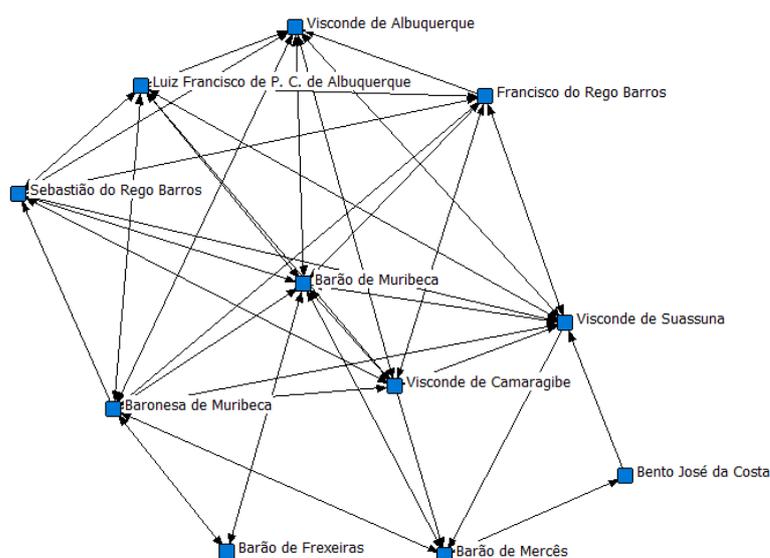
⁶ Primeiro e único barão com grandeza, visconde com grandeza e conde da Boa Vista, nasceu em Pernambuco em 1802. Era primo dos Cavalcanti. Foi eleito deputado já na segunda legislatura (1830 – 1833). Foi presidente da Província de Pernambuco durante a Regência do Marquês de Olinda (1837 – 1840). Foi senador. Faleceu em 1870.

⁷ Primeiro e único barão de Frexeiras. Fazendeiro, militar, senhor de engenho, político e nobre brasileiro. O barão foi tanto chefe político de sua região, como patriarca de sua família, sendo responsável pela administração local e até pelo policiamento de Frexeiras.

O segundo inventário foi o de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – Visconde de Albuquerque - (IAHGP, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1875). O inventário apresenta vários bens de raiz: o engenho Camaragibe, engenho Timbi, parte do engenho Brum e Apipucos, casa de sobrado na rua Imperatriz com três andares nº37, uma casa de sobrado de dois andares nº25 rua Marcílio Dias. Muitos armazéns; Ações no Banco do Brasil, Companhia Pernambucana e Companhia de Seguros Phennix Pernambucana. Além disso, apresenta uma lista de 18 páginas com nomes de escravizados. Sua lista de dívidas tem alguns nomes suspeitos e que também aparece em outros inventários de membros dessa família: Barão de Tracunhaém e o Barão de Mercês.

O terceiro é do Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – Visconde de Suassuna – (IAHGP, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1880). O Inventário indica uma boa quantidade de bens de raiz, que inclui o Palacete do Pombal, além de uma porção de móveis na estrada do Pombal e um terreno no mesmo lugar; Palacete no pátio de São Pedro, parte no Engenho Suassuna na Comarca de Jaboatão, engenho Fortaleza na comarca de Escada e alguns engenhos na comarca de São Lourenço; engenho Camurim, Santa Rita, Pintangueira, Gurgeia e Rodisio; Sítio em Olho de Boi, parte na ilha Joana Bezerra e a ilha São João. Ligação mais suspeita: Dívida do visconde com o Bento José da Costa, que seus herdeiros ficam responsáveis por resolver.

FIGURA 1 – Rede dos políticos no século XIX



Assim, como pode ser visto no gráfico acima, Muribeca se ligava em elos de cadeia política com os sujeitos mais importantes do Oitocentos pernambucano. Muitos desses elos faziam as comunicações e informações se alastrarem entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, fazendo que a família Cavalcanti se tornasse uma aliada da Coroa quando os dois imperadores assim necessitaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi visto, podemos ver como os políticos estavam envolvidos uns com os outros e as riquezas que conseguiram reunir, muitas delas de forma ilegal. Também percebemos que as dívidas perpassavam gerações de interação: a dívida do pai do Visconde, morto em 1821, por exemplo. Bento José morre em 1834, porém perpassa para o seu filho, Manuel José da Costa. É extremamente interessante como essa família elaborava estratégias e se comportava no poder. Mantiveram até a década de 1870, quando muitos membros já estava, morrendo e o seu poder caindo, junto com a queda do Império. E um dos meios que utilizaram para manter esse poder foi a rede que montaram, principalmente com outras famílias que eram elites locais, no século XIX, como: Araújo Lima e Rego Barros. Tanto os casamentos, quanto as alianças amigáveis foram estratégias de perpetuar o poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti. Ou há de ser Cavalgado: Trajetórias Políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)** Recife: UFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX**. Recife: UFPE, tese de doutorado, 2018.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**, nº8, novembro de 2008.

CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: Revista Brasileira de História, volume. 18, nº 36.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J.M. de. **Pernambuco e Brasil nas rotas do tráfico atlântico**. in: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. História e Historiografia: Perspectivas e abordagens. Recife: UFPE, 2014, pp. 239 – 262.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales em el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

MARSON, Izabel de Andrade. **Movimento praieiro** – Imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

MARTINS, Maria Fernanda. Os temas de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**.

História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2017.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

QUINTAS, Amaro. **Amaro Quintas – o historiador da liberdade**. Recife: CEPE, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino - tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAUNAY, Affonso E. **O Senado no Império**. Brasília: Senado Federal, 1978.